

A NOVA CARTADA DE FHC

Nelson Oliveira

Da equipe do Correio

Anote, prezado leitor, para cobrar depois: o ministro das Comunicações, Pimenta da Veiga, anunciou ontem que o Brasil não precisará passar por um "período de provação" para sair da crise externa que já consumiu US\$ 30,48 bilhões das reservas cambiais em cinco meses e está levando o dólar para a casa dos R\$ 2. Como alternativa aos efeitos recessivos da desvalorização cambial, o governo passa a discutir hoje com empresários um programa de desenvolvimento a ser financiado com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Banco do Brasil (BB) e Caixa Econômica Federal (CEF). Ainda esta semana, líderes sindicais serão chamados a debater a proposta.

Pimenta da Veiga não deu detalhes sobre que projetos serão financiados, a que taxas de juros e qual o volume de crédito em estudo. Assegurou apenas que há dinheiro ("recursos nacionais e não orçamentários") suficiente para fomentar projetos que aumentem a produção e o emprego, preferencialmente por empresas privadas. Citou

como exemplo a possibilidade de investimentos na área de habitação popular. E adiantou que a idéia é aproveitar as vantagens dos setores que se beneficiaram da desvalorização de 31% do real: exportadores, agricultura e turismo.

Na entrevista concedida em seu gabinete no final da tarde, Pimenta da Veiga também anunciou o esgotamento do Plano Real: "O governo considera que o Plano Real cumpriu missões importantes. Agora (resolvida a questão do câmbio) é preciso partir para o desenvolvimento". Por outro lado, a ausência do ministro da Fazenda, Pedro Malan, nos dois grupos ministeriais responsáveis pelo programa pode indicar desgaste irreparável no poder do comandante da área econômica: "A área econômica está informada de tudo", limitou-se a dizer Pimenta da Veiga.

Diante da apreensão dos jornalistas quanto a possível incoerência entre o programa de desenvolvimento e a política macroeconômica, ancorada em juros de até 41% ao ano, o ministro das Comunicações foi seco: "Não há rigorosamente contradição. A política econômica continua. É preciso buscar caminhos para compensar (a recessão)". Quanto à solu-

ção para a crise externa, Pimenta da Veiga disse que "o caminho está dado". Ou seja, não se preparam outras mudanças no câmbio, e o ajuste fiscal é adequado, faltando apenas algumas matérias a serem votadas pelo Congresso. Depois disso, negou-se a fazer maiores comentários sobre juros e câmbio de maneira a se concentrar no anúncio do programa de desenvolvimento e passar uma mensagem "positiva" ao país.

SEM ENROLAÇÃO

Os debates em torno da ação desenvolvimentista começam hoje com um encontro entre o ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Celso Lafer, e os líderes do setor industrial, às 11h, na sede da Confederação Nacional da Indústria (CNI). Na quinta-feira, Lafer reúne-se pela primeira vez, e separadamente, com os dois grupos ministeriais.

O Grupo da Produção é formado pelos ministérios do Desenvolvimento, Comunicações, Transportes, Agricultura e Minas e Energia. O Grupo do Emprego terá como integrantes os ministérios do Orçamento e Gestão, Trabalho e Transportes. Lafer coordenará os dois grupos, embora o porta-voz da Presidência

da República, Sérgio Amaral, tenha informado que o ministro do Trabalho, Francisco Dornelles, é quem assumirá as negociações com os trabalhadores.

"Antes tarde do que nunca", disse ontem o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, Luís Marinho. Para o sindicalista, a queda no consumo, com a consequente demissão de trabalhadores, exige ação imediata. "Não vamos nos furtar a essa discussão, mas queremos medidas concretas a curto prazo e não enrolação". Ele pediu a volta das câmaras setoriais, que, segundo ele, contribuíram para diminuir a recessão em 1992.

Segundo Sérgio Amaral, Fernando Henrique está preparando o caminho para a retomada do crescimento, que terá lugar tão logo ocorra a queda das taxas de juros. "Mas isso não será de imediato", alertou. O porta-voz disse que o governo cobrará dos empresários a manutenção da estabilidade de preços e promete baixar as alíquotas de importação de peças e outros componentes de forma a contrabalançar o aumento do dólar.

■ Colaborou Leonardo Cavalcanti